**COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CRN-2**

**PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 nº 01/2015**

**OBJETO: CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**

**NORMAS DE REGULAMENTAÇÃO**: Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decretos nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, nº 3.784 de 06 de abril de 2001, nº 6.204 de 05 de setembro de 2007 e nº 7.174 de 12 de maio de 2010, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações.

**RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 25/08/2015 às 09h.**

**LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME:** Av. Taquara, 586, conj. 503, Bairro Petrópolis, Porto Alegre / RS.

**OBTENÇÃO DO EDITAL:** o Edital poderá ser obtido no portal [www.crn2.org.br](http://www.crn2.org.br) ou através do e-mail: [coordfinanceiro@crn2.org.br](mailto:coordfinanceiro@crn2.org.br).

**CONTATOS E INFORMAÇÕES:** através do e-mail acima, ou pelo telefone: (51) 3330.9324, nas segundas-feiras das 8:30 às 12:00 e, de terças à sextas-feiras, das 10:00 às 17:00, em Porto Alegre / RS.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE LICITAÇÃO**

**1. DA CONVOCAÇÃO**

**1.1. O Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região**, Autarquia Federal, órgão de fiscalização profissional criado através da Lei 6.583/78, com sede na Av. Taquara, nº 586 conjunto 503, bairro Petrópolis em Porto Alegre/RS, no uso de suas atribuições legais, **por intermédio de sua Pregoeira designada pela Portaria nº 04 de 10 de junho de 2015**, torna público a realização de licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** para **CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS.** A presente licitação se regulará pelas normas de regulamentação acima estabelecidas, bem como nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2. DO OBJETO**

**2.1.** Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a **CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (anexo I).

**3. DOS ANEXOS**

**3.1.** Integram este Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

1. Anexo I – Termo de Referência;
2. Anexo II – Mapa do Portal;
3. Anexo III – Estrutura do novo portal (layout);
4. Anexo IV - Minuta de Contrato;
5. Anexo V – Declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem as especificações e a licitante atende todos os requisitos de habilitação;
6. Anexo VI – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
7. Anexo VII - Modelo Proposta de Preços;
8. Anexo VIII – Declaração de Idoneidade;
9. Anexo IX – Declaração relativa ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar da licitação as empresas que tenham atividade compatível com o objeto deste Edital, comprovando que tem atividade relacionada com o referido objeto, mediante Contrato Social e respectivas alterações que comprovem as suas atividades.

**4.2.** Poderão participar deste Pregão as empresas que:

**4.2.1.** Atendam a todas as exigências deste Edital e seus anexos e, apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente;

**4.2.2.** Sejam legalmente constituídas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal e não tenham sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

**4.2.3.** Não estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**4.2.4.** Não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou que estão suspensas ou impedidas de licitar e contratar com o CRN-2 e;

**4.2.5. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pela Lei Complementar nº 123/2006, que se enquadrarem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo quarto do seu artigo terceiro.**

**4.3.** Não será admitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, bem como as que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio.

**4.4.** É vedada a sub-contratação parcial ou total do objeto desta Licitação.

**5. DOS DOCUMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** Os documentos (originais ou cópias) especificados nesta seção deverão ser apresentados em fase de credenciamento, após abertura da seção pública e somente serão aceitos até que seja declarada encerrada esta fase pelo Pregoeiro.

**5.1.1.** No caso da apresentação de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio à vista do original.

**5.2.** A licitante poderá apresentar para o credenciamento junto ao Pregoeiro, um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

**5.2.1.** Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

**5.3.** Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

**5.3.1.** Documento oficial de identidade.

**5.3.2.** Documento comprobatório da representação, sob uma das seguintes formas:

**5.3.2.1.** No caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, deverá apresentar cópia do **CONTRATO SOCIAL** em vigor ou Estatuto, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos de assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**5.3.2.2.** No caso de procurador, **INSTRUMENTO PUBLICO DE PROCURAÇÃO**, ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços, negociar preços diretamente com o Pregoeiro e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da empresa representada.

**5.4.** A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá à participação da licitante na fase de lances e apresentação recursos e outros atos da sessão pública, ficando limitada sua participação à classificação de sua proposta escrita, conforme as regras do presente pregão.

**5.5.** Os representantes não credenciados das licitantes poderão assistir à sessão pública na

qualidade de cidadãos comuns.

**5.6.** O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado mediante justificativa devidamente instruída de documentos como atestados médicos ou declaração de

impedimento por força maior.

**5.7.** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

**6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

**6.1.** Os proponentes deverão apresentar toda sua documentação pessoalmente, por intermédio de seu representante legal ou procurador devidamente credenciado, diretamente na sede do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, respeitada a data e horário limite para o seu recebimento, não sendo admitida remessa através de via postal ou outro meio não previsto neste Ato Convocatório.

**6.2.** Os documentos deverão ser apresentados em original, ou cópia autenticada por Cartório

competente ou pelo Pregoeiro, ou ainda por publicação em órgão oficial.

**6.3.** A falta na entrega da documentação no dia, hora e local estabelecidos, implicará desistência da participação no certame, sendo que nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou acréscimos relativamente à documentação e à proposta.

**6.4.** Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

**6.5.** Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

**6.6.** O CNPJ indicado nos documentos deverá ser o mesmo da empresa que efetivamente vai

fornecer os itens objeto da presente licitação.

**6.7.** Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fax símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração do objeto da proposta de preços.

**6.8.** Cada licitante deverá apresentar três envelopes de documentos, sendo eles: das Declarações Preliminares, da Proposta de Preço e da Habilitação.

**6.9.** Os três envelopes distintos deverão ser opacos, lacrados e endereçados à Comissão de

Licitação, conforme segue:

**6.9.1. Envelope das Declarações Preliminares:**

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS - 2ª REGIÃO**

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 Nº 01/2015**

**OBJETO: CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**

**Título:** “**DECLARAÇÕES PRELIMINARES**”

**PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):**

**6.9.2. Envelope dos Documentos de Habilitação:**

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS - 2ª REGIÃO**

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 Nº 01/2015**

**OBJETO: CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**

**Título:** “**PROPOSTA DE PREÇOS**”

**PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):**

**6.9.3. Envelope da Proposta de Preços:**

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS - 2ª REGIÃO**

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 Nº 01/2015**

**OBJETO: CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**

**Título:** “**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**”

**PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):**

**7. DAS DECLARAÇÕES PRELIMINARES**

**7.1.** O envelope "Declarações Preliminares” deverá conter:

**7.1.1.** Declaração de que o objeto ofertado atende todas as especificações descritas neste Edital e de que atende todos os requisitos de habilitação, conforme modelo do anexo V.

**7.1.2.** Declaração de estar enquadrada, se for o caso, na definição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, conforme o artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, conforme modelo do anexo VI.

**7.2.** A não apresentação da declaração de que trata o item 7.1.1 implicará em exclusão da licitante do presente certame, mediante sua desclassificação.

**7.2.1.** O equívoco pelo qual a licitante deixou de apresentar a declaração poderá ser sanado junto ao Pregoeiro desde que a mesma tenha credenciado representante para participar da sessão e este declare em nome da empresa quando arguido da omissão, precluindo o direito de fazê-lo caso não esteja presente, não haja representante credenciado ou omita-se novamente.

**7.3.** A omissão em apresentar a declaração de que trata o item 7.1.2 implicará na presunção de qualificar a licitante como não enquadrada nas definições de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, precluindo o direito de apresentá-la quando encerrada a fase de credenciamento.

**8. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**8.1.** A proposta, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, em papel timbrado da licitante ou identificada com carimbo padronizado com CNPJ e endereço completo, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pela licitante ou seu representante, preferencialmente conforme modelo anexo VII.

**8.2.** A proposta de preços deverá conter o valor para todos os serviços especificados no objeto da presente licitação, estipulados conforme Termo de Referência, anexo I deste Edital.

**8.3.** A proposta de preços deverá indicar:

a) valor para os serviços de criação, desenvolvimento e implantação de novo portal, hotsite e sistema de gerenciamento;

b) valor mensal e anual para hospedagem e para o suporte técnico de manutenção do portal, hotsite e sistema de gerenciamento;

c) valores da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), com 02 (duas) casas decimais após a vírgula e, de acordo com a estimativa de preços constante neste Edital;

d) declaração expressa de que no preço cotado estão incluídos todos os custos necessários e despesas inerentes à prestação dos serviços licitados, tais como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, fretes e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos necessários ao fornecimento do objeto e a manutenção destas condições durante a vigência do Contrato.

e) indicação do prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado de 60 (sessenta) dias correntes.

**8.4.** Ocorrendo discrepância entre o valor expresso em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias.

**8.5.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração de conteúdo e das condições técnicas referidas, desde que não venham a causar prejuízos às demais licitantes.

**8.6.** Não é permitido apresentar valores para prestação dos serviços superiores a 25% (vinte cinco por cento) dos valores totais estimados nos itens 12.2 e 12.3 do Edital, ou apenas parte do objeto.

**8.7.** A licitante somente poderá retirar sua proposta, mediante requerimento escrito ao Pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

**8.8.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que oferecerem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

**8.9.** A licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar usufruir o regime diferenciado e favorecimento em licitações concedido pela Complementar Lei nº 123/2006 deverá declarar, no ato de apresentação de sua proposta que atende os requisitos do artigo 3º da mencionada Lei, conforme anexo VI do Edital.

**9. DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**9.1.** No dia, hora e local designado neste Edital, o Pregoeiro declarará aberta a sessão pública e, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, procederá ao que se segue:

**I -** Verificação das Declarações Preliminares:

**a)** Procederá a abertura do envelope número 1, contendo as “Declarações Preliminares”,

sendo elas: declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e atende ao Edital e declaração de enquadramento na qualificação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

**II -** Credenciamento de representantes:

**a)** Será feita a conferência do credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento, Contrato Social ou documento constitutivo da licitante e documento de identificação do representante, sendo permitido no máximo um representante por licitante.

**b)** Será declarado, após consulta aos presentes, não havendo ninguém que declare intenção de credenciar representante, o encerramento da fase de credenciamento.

**c)** O encerramento da fase de credenciamento, fará precluir o direito de sanar falhas nas declarações preliminares bem como de desistência do certame, após o que não será admitida a retirada das propostas.

**III –** Recolhimento dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

**IV -** Abertura da sessão pelo Pregoeiro, não sendo mais admitidas novas proponentes.

**V –** Verificação da conformidade das propostas com as exigências constantes deste Edital, bem como a classificação das mesmas para a fase de lances.

**a)** Será desclassificada a proposta que esteja em desacordo como o solicitado no Edital, contiver desconto ou prestação de serviços condicionada a prazos, descontos ou vantagens, de qualquer natureza, não previstos neste Edital.

**VI -** Ordenação das propostas, pela ordem crescente dos preços, conforme modelo da proposta de preço do anexo VII, classificará a de **menor preço global,** somando-se o valor proposto no item 8.3, letra “a” e valor anual do item 8.3, letra “b” e, subsequentemente, aquelas de valor superior em até 10% (dez por cento) da de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo 11 do Decreto nº 3.555/2000.

**a)** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, por se apresentarem em absoluta igualdade de condições, o Pregoeiro realizará sorteio em ato público para definir a ordem de oferecimento dos lances.

**b)** Quando não forem verificadas no mínimo 03 (três) propostas nas condições definidas no item VI, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que tenham sido os preços oferecidos.

**c)** Em caso de empate entre as propostas, ainda que ultrapasse o número de 03 (três) propostas, por se apresentarem em absoluta igualdade de condições, o Pregoeiro realizará sorteio em ato público para definir a ordem de oferecimento dos lances.

**VII -** Verificação de todas as propostas e classificação das mesmas para fase de lances.

**a)** Às licitantes classificadas para fase de lances, será dada oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, a partir da classificada de maior preço, reordenadas a cada nova rodada de lances, até que se esgotem as ofertas por parte das licitantes.

**b)** O primeiro lance verbal da sessão deverá ser de valor inferior ao da proposta escrita de menor preço. Os demais lances deverão cobrir o lance de menor valor.

**c)** O valor do percentual de oscilação entre os lances ofertados será prerrogativa do pregoeiro.

**d)** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais, podendo emitir seu último preço ofertado, para efeito de ordenação de propostas.

**e)** Será considerada como mais vantajosa para o CRN-2, a proposta da licitante que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, somando-se o valor proposto no item 8.3, letra “a” e valor anual do item 8.3, letra “b”, após encerrada a etapa de lances.

**VIII –** Análise da proposta de menor preço global, no que tange à sua aceitabilidade quanto ao objeto e valor, devendo a Pregoeira decidir motivadamente a respeito.

**IX –** Negociação direta com a licitante detentora da menor proposta de menor preço, no sentido de que seja obtido melhor preço se o preço ofertado pela licitante estiver em desacordo com o estimado pela Administração do CRN-2.

**X -** Encerrada a etapa de lances, não sendo a licitante vencedora uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será dada às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, por ordem de sua classificação final, que alcançarem preço ofertado até 5% maior que o da então vencedora, a oportunidade de oferecerem lance inferior àquela classificada como o menor preço ou lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate.

Apresentada proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação.

**a)** Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada no intervalo de percentual de até 5% não seja declarada vencedora, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na mesma hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**b)** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item X, será realizado sorteio entre elas, definindo e convocando o vencedor do sorteio para, querendo, encaminhar melhor oferta.

**c)** Não havendo licitante vencedor, enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos previstos no item X, será analisada a documentação de habilitação da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

**XI -** Verificação da conformidade da proposta vencedora entre a sua oferta e o valor estimado para a contratação.

**XII -** Sendo aceitável a oferta, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante, para confirmação das suas condições habilitatórias.

**XIII -** Verificado que a proposta de menor preço atende às exigências fixadas neste Edital quanto à “proposta” e à “habilitação”, será a respectiva licitante declarada vencedora, observada as disposições da Lei Complementar nº 123/2006.

**XIV -** Caso a licitante apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.

**a)** Sendo a licitante vencedora uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e inabilitada exclusivamente devido a alguma irregularidade fiscal, receberá prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por mais dois, para apresentar comprovação de sua regularização, conforme artigo 43 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

**XV -** Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o item apregoado.

**XVI -** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o item apregoado.

**XVII -** Não sendo a licitante subsequente uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será aplicado no que couber o item X, para exercício do direito de preferência da Lei Complementar nº 123.

**XVIII -** Caso não haja mais de uma licitante classificada, a oferta de menor preço não seja aceitável ou as ofertas de menor preço sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que estiver na ordem de preferência para obter melhores condições para a administração.

**XIX -** Aclamação da licitante vencedora.

**a)** Para efeito de adjudicação, a empresa vencedora obriga-se, a fornecer no prazo de 02 (dois) dias úteis da data da reunião de abertura das propostas, a “Planilha de Readequação dos Preços” adequada aos novos valores unitários resultantes dos lances finais, sob pena de aplicabilidade das sansões previstas neste Edital. A planilha deverá ser entregue ao Pregoeiro na sede do CRN-2.

**XX -** Vistas e rubrica pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação das vencedoras e no fecho dos envelopes de habilitação remanescentes.

**XXI -** Manifestação das demais licitantes quanto à intenção de recorrer, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido.

**XXII -** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser, obrigatoriamente, assinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, e facultativamente pelos representantes das licitantes presentes, nos termos do artigo 21, inciso XI do Decreto nº 3.555/2000.

**XXIII -** Homologação da licitação pela autoridade superior.

**XXIV -** Quando todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro fixará aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas da desclassificação.

**XXV -** O Pregoeiro poderá solicitar esclarecimentos e/ou informações adicionais a qualquer das licitantes, a fim de dirimir dúvidas que, eventualmente, venham a ocorrer.

**XXVI -** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**XXVII -** No caso de a sessão do Pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das licitantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

**10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos abaixo relacionados, em uma única via, sem rasuras, emendas ou ressalvas.

**10.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**10.2.1.** Registro Comercial, no caso de empresa individual.

**10.2.2.** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, acompanhado de documentos referentes à eleição dos administradores da sociedade, no caso de sociedades por ações.

**10.2.3.** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

**10.2.4.** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

**10.2.5.** Cópia autenticada da cédula de identidade dos responsáveis legais da licitante.

**10.2.6.** Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa licitante, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme modelo do anexo VIII, assinada por seu(s) representante(s) legal(is).

**10.2.7.** Os documentos mencionados nos itens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.3 deverão estar acompanhados de todas as suas alterações ou da respectiva consolidação.

**10.2.8.** Os documentos mencionados nos itens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.3 deverão indicar que a licitante tem, dentre seus objetivos sociais, prestação de serviços da mesma natureza que o objeto desta licitação.

**10.3. REGULARIDADE FISCAL**

**10.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

**10.3.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no caso de empresa individual.

**10.3.3.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual se a pessoa jurídica comercializar mercadorias, conforme exigível pela natureza da atividade, relativa ao domicílio ou sede da licitante e, compatível com o objeto da licitação.

**10.3.4.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal se for prestadora de serviços, conforme exigível pela natureza da atividade, relativa ao domicílio ou sede da licitante e, compatível com o objeto da licitação.

**10.3.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de:

**10.3.5.1.** Certidão negativa de débitos expedida pela Secretaria da Receita Federal.

**10.3.5.2.** Certidão negativa de débitos inscritos na Divida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

**10.3.6.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de certidão negativa de débito, expedida pelo órgão competente do local da sede da licitante.

**10.3.7.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei.

**10.3.8.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS).

**10.3.9.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação (CRS) expedido pela Caixa Econômica Federal.

**10.3.10.** Declaração sob as penas da Lei, firmada por representante legal da empresa licitante, de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme anexo IX deste Edital.

**10.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**10.4.1.** Atestado de capacidade técnica, em papel timbrado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha executado, a contento, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, atestando a prestação de serviços em criação, desenvolvimento, implantação, hospedagem e manutenção de portal, hotsite e sistema de gerenciamento, contendo os seguintes elementos:

a) nome, CGC/MF ou CNPJ e endereço completo da empresa tomadora dos serviços e emitente do atestado;

b) nome e CGC/MF ou CNPJ da empresa que forneceu o serviço;

c) descrição dos serviços realizados;

d) período de execução dos serviços;

e) pronunciamento quanto à qualidade dos serviços e em relação ao cumprimento das obrigações assumidas;

f) local e data da emissão do atestado;

g) identificação (nome e cargo ou função) e assinatura do signatário do atestado.

**10.4.1.1.** A omissão de qualquer informação indicada nas alíneas do item anterior será analisada pelo Pregoeiro, que poderá decidir pela validade do atestado de capacidade técnica desde que as informações faltantes não comprometam a avaliação da aptidão técnica da licitante que o apresentar.

**10.4.1.2.** Uma mesma pessoa jurídica poderá emitir mais de um atestado em favor da mesma licitante; todavia, só valerão como atestados distintos se também se referirem a Contratos distintos.

**10.4.1.3.** A Comissão de Licitação se reserva o direito de verificar “*in loco*” a qualidade dos serviços prestados de que tratam os atestados de capacidade técnica, não se isentando a licitante da responsabilidade pela fidelidade das informações neles contidas.

**10.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**10.5.1.** Certidão(ões) Negativa(s) de Pedido de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial, expedida(s) pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicilio da pessoa física.

**10.6.** As certidões de regularidade fiscal ou de inexistência de débitos deverão, na data de abertura da Licitação, estar dentro do prazo de validade nelas consignado, ou, na falta de tal prazo, serão admitidas como válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão.

**10.7.** Os documentos necessários à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada pelo tabelião de notas. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições de legibilidade e entendimento.

**10.8.** A autenticidade dos documentos apresentados poderá, ainda, ser verificada, pelo Pregoeiro, através de consulta via Internet aos “sítios” dos órgãos emitentes dos referidos documentos.

**10.9.** **Sob pena de inabilitação** todos os documentos e/ou certidões apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo.

**10.10.** **Sob pena de inabilitação** a licitante deverá observar o seguinte:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e CNPJ da filial.

**10.11.** Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem todos os documentos exigidos neste Edital, bem como aquelas que entregarem documentos incompletos, ilegíveis, inválidos, ou que contiverem emendas, rasuras ou outros vícios que prejudiquem a sua capacidade de comprovação.

**10.12.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

**10.13.** Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições da proposta ou outros documentos uma vez entregues os envelopes.

**10.14.** Somente serão examinados os documentos de habilitação da(s) licitante(s) que tenha ofertado a proposta de menor preço ao final dos lances, ou daquelas que lhe sucederem nessa ordem.

**10.15. DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE QUE SE BENEFICIAREM, NESTA LICITAÇÃO, DO REGIME DIFERENCIADO E FAVORECIDO CONCEDIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06.**

**10.15.1.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se beneficiarem neste certame do regime diferenciado e favorecido concedido pela Lei Complementar nº 123/06, após a etapa de lances, deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**10.15.2.**Havendo alguma restrição na comprovação da REGULARIDADE FISCAL, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame na sessão do pregão, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06. Após, o Pregoeiro dará ciência aos licitantes dessa decisão e intimará o licitante declarado vencedor para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento dessa declaração, ou após o julgamento de eventuais recursos, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

**10.15.3.** Após a intimação referida no subitem acima, será imediatamente oportunizada a possibilidade de interposição de recurso, encerrada a sessão e extraída a ata correspondente.

**10.15.4.** Durante o prazo referido no subitem 10.15.2, não poderá ser exigida pela Administração a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

**10.15.5.** A não-regularização da situação fiscal, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos e condições previstos no Edital, ou revogar a licitação.

**10.15.6.** Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item X, será analisada a documentação de habilitação do licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance e, se regular, será declarado vencedor.

**11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**11.1.** O objeto da presente Licitação será adjudicado à proponente que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital e seus anexos, for classificada em primeiro lugar de acordo com o critério de julgamento estabelecido no item 9.

**11.2.** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao licitante vencedor, pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade compentente.

**12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CUSTOS ESTIMADOS**

**12.1.** Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação que se seguir à licitação de que trata este Edital correrão à conta da dotação orçamentária do CRN-2, à conta do Elemento de Despesa n° 62211010404005 – Serviços de Informáticano exercício de 2015 e nas respectivas dotações correspondentes nos demais exercícios.

**12.2.** O custo estimado para criação, desenvolvimento e implantação de novo portal, objeto desta licitação é de **R$ 15.795,00** (quinze mil, setecentos e noventa e cinco reais).

**12.3.** O custo estimado para a hospedagem e para o suporte técnico de manutenção do portal e de sua área restrita, objeto desta licitação é de **R$ 1.350,00** (hum mil, trezentos e cinquenta reais) mensais e **R$ 16.200,00** (dezesseis mil e duzentos reais) anual.

**13. DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**13.1.** As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre o Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região e a licitante vencedora, serão formalizadas através de Contrato, de acordo com a Minuta de Contrato constante no anexo IV, no qual serão consideradas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**13.2.** Após a homologação da licitação, a Diretoria do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região agendará, encontro com o representante legal da vencedora do certame para a assinatura do Contrato.

**13.3.** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para a assinatura do Contrato decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

**13.4.** Se, por ocasião da formalização do Contrato, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**13.5.** Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**13.6.** Na hipótese da licitante vencedora não assinar o Contrato no prazo fixado pela Diretoria do CRN-2, será chamada automaticamente a segunda colocada, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, inclusive quanto aos preços, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**13.7.** O Contrato será firmado com o vencedor nos termos da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações por um prazo inicial de 12 (doze) meses, podendo ser, sucessivamente, renovado até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto no item 13.7.1.

**13.7.1.** As renovações sucessivas do Contrato a ser firmado com a adjudicatária, até o limite de 60 (sessenta) meses, ficarão sujeitas à manutenção do interesse do CRN-2 na prestação dos serviços e dos preços praticados, com reajustes legais, de acordo com as práticas de mercado.

**14. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**14.1.** A execução do Contrato dar-se-á na forma, prazos e condições previstas no Termo de Referência (anexo I) e Minuta de Contrato (anexo IV) deste Edital.

**15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**15.1.** As obrigações da Contratada estão estabelecidas no Termo de Referência (anexo I) e Minuta de Contrato (anexo IV) deste Edital.

**16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**16.1.** As obrigações da Contratante estão estabelecidas no Termo de Referência (anexo I) e Minuta de Contrato (anexo IV) deste Edital.

**17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES**

**17.1.** As condições de pagamento estão estabelecidas no Termo de Referência (anexo I) e Minuta de Contrato (anexo IV) deste Edital.

**17.2.** As condições para reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro estão estabelecidas no Termo de Referência (anexo I) e Minuta de Contrato (anexo IV) deste Edital.

**18. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**18.1.** A execução do objeto do Contrato será coordenada, orientada e fiscalizada por um funcionário designado pelo CRN-2 para este fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, conforme previsto no artigo 67 da Lei n° 8.666/93, devendo a Contratada fornecer relatórios, informações e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, no prazo que para tanto lhe for assinado.

**18.2.** Caberá ao fiscal do Contrato proceder à avaliação da Contratada para fins de subsidiar a Diretoria e/ou Plenário nas decisões que se fizerem necessárias.

**18.3.** A Contratante poderá a qualquer tempo recusar os serviços prestados, no todo ou em parte, sempre que os mesmos não atenderem ao estipulado no Edital, Contrato e seus anexos ou aos padrões técnicos de qualidade exigíveis, registrando em relatório as deficiências verificadas na execução do objeto, encaminhando à Contratada cópia para imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**18.4.** A Contratada ficará obrigada a reparar, às suas expensas, no todo ou em parte, o serviço objeto deste Contrato, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da comunicação do Contratante.

**18.5.** O Contratante reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se a Contratada à cominações legais.

**18.6.** O acompanhamento e a fiscalização acima não excluirão a responsabilidade da Contratada e nem conferirão ao Contratante, responsabilidade solidária, inclusive perante a terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução do serviço contratado.

**18.7.** Acompanhar os serviços executados, atestar mensalmente seu recebimento definitivo e indicar as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados.

**19. DAS PENALIDADES**

**19.1.** Pela inexecução total ou parcial dos serviços previstos no Contrato, pela execução desses serviços em desacordo com o estabelecido no Contrato, ou pelo descumprimento das obrigações contratuais, o Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região poderá, garantida a prévia defesa, e observada a gravidade da ocorrência, aplicar à Contratada as seguintes sanções, fundamentado nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93:

a) advertência formal em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas do Contrato e/ou Edital;

b) multa de 10% (dez por cento) do valor do item contratado, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o 15º dia, e a critério do CRN-2, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

c) multa de 20% (vinte por cento) do valor do item contratado, em caso de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

d) rescisão unilateral do Contrato;

e) suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**19.2.** Com fundamento no artigo 7º da lei nº 10.520/2002 ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Edital, Contrato e demais cominações legais a Contratada que:

a) apresentar documentação falsa;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) fizer declaração falsa;

f) cometer fraude fiscal;

g) se recusar a assinar o Contrato;

h) não mantiver a proposta, injustificadamente.

**19.3.** As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados, ou ainda, quando for o caso, cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

**19.4.** As multas serão calculadas sobre o valor global do Contrato e são independentes, isto é, a aplicação de uma não exclui a outra.

**19.5.** As penalidades de advertência, de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CRN-2 e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas pelo(a) Presidente deste, podendo ser cumulativamente com a aplicação de multa, sempre que a conduta da pessoa jurídica licitante ou da pessoa jurídica Contratada recomende essas sanções.

**19.6.** A adjudicatária não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pelo Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria Contratante.

**19.7.** Será facultado à Contratada o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer dos casos previstos nas sanções administrativas.

**19.8.** As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

**19.9.** A aplicação de penalidades não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

**20. DOS RECURSOS**

**20.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolando pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço sede do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, cabendo ao Pregoeiro decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sobre a matéria guerreada.

**20.1.1.** Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**20.2.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser dirigidos por escrito à Comissão de Licitação do CRN-2, através do e-mail [coordfinanceiro@crn2.org.br](mailto:coordfinanceiro@crn2.org.br).

**20.3.** Todos os pedidos de esclarecimentos deverão ser formulados por escrito. Não serão atendidos questionamentos e/ou consultas feitos verbalmente, seja por meio telefônico ou pessoalmente.

**20.4.** A Comissão de Licitação não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou provedor, tanto do emissor quanto do receptor.

**20.5.** Eventuais correções e/ou alterações elaboradas pelo Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região serão efetuadas como aditamento ao presente Edital na forma da Lei, sendo comunicadas às licitantes e divulgadas de igual maneira com que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente as correções e/ou alterações não afetarem a formulação das propostas.

**20.6.** Ao final da sessão de julgamento das propostas, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, no que lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, na qual poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

**20.6.1.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, na sessão, importará a decadência do direito de recurso.

**20.6.2.** O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**20.6.3.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**20.6.4.** A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

**20.6.5.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, homologará a adjudicação para determinar a contratação.

**20.7.** Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

**21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1.** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

**21.1.1.** Os envelopes lacrados de habilitação das licitantes que não forem vencedoras poderão ser retirados a partir de 10 dias a contar da sessão pública, sendo destruídos pelo Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região caso não sejam requisitados após 60 dias da mesma sessão.

**21.2.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**21.3.** A apresentação de proposta implicará na plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**21.4.** O Pregoeiro poderá excluir do certame, mediante ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a licitante que incorrer em conduta inadequada com o certame.

**21.5.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente no Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região.

**21.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação, em contrário, da Comissão de Licitação.

**21.7.** A critério do CRN-2, e sem que tenham os interessados direito a qualquer reclamação ou indenização, esta Licitação poderá ser:

a) cancelada;

b) revogada;

c) anulada;

d) transferida; ou

e) aumentada ou reduzida em suas quantidades, do valor global adjudicado, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**21.8.** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**21.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

**21.10.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

**21.11.** A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

**21.12.** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**21.13.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação com observância da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**21.14.** Fica assegurado ao Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, o direito de:

a) adiar a data de abertura dos envelopes da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados através de fax, e-mail ou telegrama, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

b) alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta Licitação, desde que seja fixado novo prazo para apresentação das propostas, dando conhecimento com antecedência aos interessados.

**21.15.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**21.16.** Para fins de aplicação das sançoes administrativas constantes no item 19 deste Edital, o lance será considerado proposta.

**21.17.** Atuará como Pregoeira nesta licitação a funcionária Magali Krindges, conforme designação feita pela Presidente do CRN-2 e, como equipe de apoio, os funcionários Maurício P. Schnepfleitner e Karine Colossi Gonçalves Papa.

**21.18.** O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas que vieram a surgir em decorrência deste certame é o da Circunscrição Judiciária Federal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Porto Alegre (RS), 21 de julho de 2015.

Luciana M. Gehrke Magali Krindges

Presidentedo CRN-2 Pregoeira

CRN-2/2140 CRN-2

**PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 Nº 01/2015**

**ANEXO I –TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**

**1. ORGÃO INTERESSADO E LOCALIZAÇÃO:**

**1.1.** Órgão Interessado: Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região (CRN-2).

**1.2.** Localização do órgão: Av. Taquara, nº 586, conj. 503, bairro Petrópolis, em Porto Alegre (RS). Fone/Fax: 51.33309324. E-mail: [coordfinanceiro@crn2.org.br](mailto:coordfinanceiro@crn2.org.br) Site: [www.crn2.org.br](http://www.crn2.org.br) .

**2. ÁREA INTERESSADA E JUSTIFICATIVA:**

**2.1.** Comissão de Comunicação.

**2.2.** A contratação de empresa para criação de um novo portal justifica-se pela necessidade de uma ferramenta mais dinâmica e que atenda as necessidades do CRN-2 e dos profissionais inscritos.

**2.3.** Justifica-se, também, pelo término do Contrato dos atuais serviços de hospedagem e manutenção do portal vigente.

**3. OBJETO:**

Contratação de empresa especializada para a **CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**, de acordo com as especificações técnicas e condições comerciais constantes neste Termo de Referência.

**4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:**

**4.1.** Criação, desenvolvimento, implantação, hospedagem e manutenção de novo portal do Conselho Regional de Nutricionistas 2ª Região (CRN-2), contendo 01 (um) hotsite referente a projeto e/ou evento promovido pelo CRN-2, e do sistema de gerenciamento de conteúdo.

**4.2.** O novo portal e o sistema de gerenciamento deverão ser desenvolvidos em PHP, com banco de dados MySQL, compreendendo estudo e elaboração de layout das páginas web, desenvolvimento, montagem, estruturação de sistema de gerenciamento e de banco de dados, migração dos conteúdos do atual portal e do banco de dados, testes de adequação e publicação do portal na web.

**4.3.** O portal deverá ser hospedado em local que ofereça:

1. Segurança e sigilo das informações armazenadas.
2. Sistema de backup diário.
3. Acesso administrativo 24 horas/dia.
4. FTP e/ou SSH para acesso remoto e publicação no portal.
5. Suporte por telefone e e-mail ou sistema de help desk.
6. Banco de dados padrão MySQL.
7. Suporte ao uso de rotinas agendadas.
8. Disponibilidade de pelo menos 98% do tempo.
   1. O serviço de manutenção do portal e de sua área restrita, sem limite de horas técnicas, consistirá em:
   2. Manutenção corretiva - Alterações para correção de defeitos ou comportamentos inadequados que causem problemas de uso ou funcionamento.
   3. Manutenção adaptativa - Adaptações por mudanças externas (legislação, ambiente operacional, etc).
   4. Manutenção preventiva - Reengenharia visando à melhoria de desempenho através da otimização de códigos ou recursos que facilitem futuras correções, adaptações ou evoluções.
   5. Manutenção evolutiva – Evolução com a inclusão de novas características ou funcionalidades. Por exemplo, algum link novo necessário à estrutura do CRN-2, mudança de local de um banner ou alteração visual na página principal e/ou links.
      1. As manutenções constantes neste item dizem respeito ao novo portal a ser desenvolvido pela Contratada conforme objeto. Não está incluída criação sistemática de novos layouts ou de outros portais.
   6. Todo o conteúdo do portal deverá ser atualizado através do sistema de gerenciamento pelo próprio CRN-2. Este gerenciador poderá editar os conteúdos, com opções de inserção de imagens, galerias de fotos, formatação de texto, inserção de links e vídeos, assim como de documentos para download e integração com todas as ferramentas disponíveis no portal.
   7. Especificamente, o sistema de gerenciamento de conteúdo deverá:
9. Permitir toda atualização do conteúdo (inclusão, alteração e exclusão) existente no portal, como banco de dados, textos e imagens (nos diversos formatos: jpg, gif, pdf ou outro formato necessário).
10. Criar e enviar mensagens/boletins com conteúdo de texto e/ou imagens em formato gif ou jpg.
11. Criar grupos diferentes para o encaminhamento de boletins (ex. Nutricionistas, técnicos em Nutrição e Dietética, Universidades, etc.).
12. Gerar relatórios das mensagens/boletins enviados.
13. Possibilitar manutenção e o gerenciamento de cadastro (inclusão, alteração e exclusão).
14. Ter funcionalidade para permitir downloads.
    1. Portal Responsivo, com versões adaptadas para dispositivos móveis e largura adaptável às diferentes resoluções de tela. O tamanho padrão do portal será de 1280 pixels de largura ou outro tamanho que melhor se adaptar às necessidades do CRN-2.
    2. Funcionamento adequado nos diferentes navegadores (Google Chrome, Internet Explorer, Mozilla Firefox, Safari e Opera, em suas versões mais recentes).
    3. A criação do layout será de responsabilidade da Contratada. A Contratada deverá apresentar ao CRN-2 proposta de layout utilizando tonalidade de cores que torne o mesmo intuitivo, dinâmico e interativo. O projeto de layout apresentado pela Contratada poderá sofrer alterações no decorrer do processo de criação e desenvolvimento para adaptações que o CRN-2 achar necessárias como: inclusão ou exclusão de links, de informações, de padrões de cores e do próprio design do portal. Consta modelo de layout (anexo III) para servir como referência de padrão de navegação.
    4. Entre as funcionalidades e itens necessários para a criação e para o desenvolvimento do portal e do sistema de gerenciamento estão:
15. Sistema de busca. O item “busca no portal” deverá pesquisar em todo conteúdo do portal, inclusive nos arquivos PDF. Deverá conter também opções de filtro para refinar a busca e deve mostrar o resultado da busca indicando a seção da informação.
16. Sistema de contagem de visualização no portal.
17. Sistema de “pop up”.
18. O item “Fale Conosco” deverá ter opções para enviar e-mail para diferentes setores dentro do CRN-2.
19. O item “Cadastro de Profissionais” deverá permitir aos nutricionistas e técnicos se cadastrarem em formulário disponível no portal. O “Cadastro de Profissionais” gerará um banco de dados com todas as informações cadastradas. Deverá ser possível visualizar na página apenas informações básicas (a serem escolhidas pelo CRN-2). Para a ampliação da busca dos dados, deverá ser criado um sublink para cada formulário preenchido.
20. Criação e envio de newsletter com base no layout desenvolvido para o portal.
21. O item “Revista CRN-2”, no qual será disponibilizada a revista em formato FLIP digital (média de 20 páginas por revista), com efeito similar ao folhear páginas de uma revista impressa. Nas páginas deverá ser possível executar um zoom de 3 vezes ao tamanho original, separando por matérias. Deverá ser possível também indicar partes para um amigo e imprimir cada página da revista. No portal, deverão estar disponíveis todas as edições anteriores da revista do CRN-2. Todas as publicações deverão estar disponibilizadas no formato Flip e em PDF. A atualização do conteúdo desta revista deverá ser feita através do sistema de gerenciamento.
22. Envio automático de cartões (aniversários, Natal, Páscoa, etc..) com base em banco de dados desenvolvido para o portal e com opção de encaminhamento a apenas um grupo, como por exemplo: envio de cartão comemorativo ao Dia do Nutricionista apenas a estes profissionais.
23. Sistema de enquete, com opção de ajustes no gerenciador para criação de formulários para diferentes pesquisas com:
    * 1. Inserção de uma ou mais perguntas, com opção de serem abertas ou fechadas.
      2. Acesso, no gerenciador, a qualquer momento, aos relatórios parciais e totais.
      3. Opção de o CRN-2, a qualquer momento, expor no portal os resultados parciais ou totais.
      4. Opção para ser respondido pela população (enquete aberta) ou apenas pelos profissionais (enquete restrita), utilizando, para este último item, o banco de dados com os números de registros de profissionais.
24. Integração de conteúdo com redes sociais nas quais o CRN-2 possui inserção oficial, como o Facebook, e outras que venham a ser utilizadas, assim como opções de compartilhamento nas redes e outras tecnologias/serviços que venham a ser desenvolvidos ou utilizados. Permitir a inserção posterior pelo gerenciador de conteúdo de outros links relacionados às mídias sociais.
25. Planejamento do portal utilizando ferramentas possíveis para torná-lo mais acessível para pessoas portadoras de deficiência, como, por exemplo, a opção de acessibilidade quanto ao aumento da fonte e ao alto contraste.
26. Conteúdos disponíveis com recursos para impressão amigável e sustentável, com versão econômica e de qualidade e formatação adequada.
27. Tour virtual (slide show) na sede e delegacia do CRN-2, em modelo a ser definido quando do planejamento do portal junto à empresa Contratada, considerando as possibilidades tecnológicas mais adequadas.
28. Página de eventos: criação de ferramenta que gerencie uma página de eventos, com inscrição on-line, geração de listas de presenças e emissão posterior de certificados aos participantes, conforme segue:
29. Link e banner para divulgação do evento contendo os dados e modo de inscrição.
30. Ao clicar neste link, o usuário terá acesso a um formulário de inscrição, com solicitação de dados, entre estes, o número de documento (CPF, RG) e/ou registro no CRN-2, que será a senha de acesso do usuário.
31. O CRN-2, via gerenciador, deverá ter acesso, a qualquer momento, às inscrições.
32. A ferramenta deverá dar possibilidade, via gerenciador, de gerar certificados (em PDF) com o layout do evento realizado. Também inserirá, automaticamente, o nome do participante.
33. Após a realização do evento, o CRN-2 deverá validar as participações para a disponibilização dos certificados.
34. Os participantes que compareceram ao evento, poderão, com senha (número do documento cadastrado), imprimir os certificados (em PDF) a partir do modelo inserido pelo gerenciador (modelos diferentes para cada evento).
35. Se não houver evento em fase de realização, o gerenciador de conteúdo poderá ocultar o link, retornando o mesmo quando iniciar próximo evento.
36. Inclusão de seção específica denominada “Acesso à Informação” com divulgação de dados e informações relativas à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012). Este menu deverá ser disponibilizado de acordo com padrões estabelecidos pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) e deverá ser composto por diversos itens (links), cada um deles aberto em página própria. Estes itens estão exemplificados no modelo de layout (anexo III).
37. Todas as páginas do novo portal terão endereços de URL individuais, podendo ser acessado cada página ao digitar seu respectivo endereço na barra de endereços do navegador.
    1. Hotsite – criação de um hotsite que deverá ficar preparado para a realização de eventos futuros e/ou ações de marketing ou de comunicação com objetivo específico. Deverá ter links básicos como: página inicial, histórico, tema do evento, programação, fale conosco, downloads, notícias, inscrições, etc. O layout do hotsite será baseado no layout do portal que será construído para o CRN-2. O gerenciador de conteúdo do portal deverá possibilitar, a qualquer momento, a inserção e exclusão de imagens tanto de cabeçalhos quanto de banners e de conteúdo.
    2. Diversos:
       * 1. Existirão quatro atores distintos para o portal:
38. Usuário tipo “Administrador Central” (CRN-2), que terá acesso total ao sistema de gerenciamento e terá permissão de atualização de todo o portal.
39. Usuário tipo “Administrador” (CRN-2), mas que terá acesso parcial ao portal com senha para permissão de atualização de links específicos.
40. Visitante (sociedade), que terá acesso ao conteúdo aberto (sem o uso de senha para acesso).
41. Usuário do CRN-2 (nutricionistas e técnicos em Nutrição e Dietética) para acesso a área restrita (com acesso apenas com login e senha em link específico).
    1. Outros itens serão avaliados quando do desenvolvimento do planejamento do portal por parte do CRN-2 juntamente com a Contratada, de forma a definir de modo assertivo as diferentes funcionalidades, tecnologias e demais detalhes relacionados.
42. **GARANTIA DOS SERVIÇOS**
    1. A Contratada fica obrigada, conforme orientação e interesse da Contratante, a detalhar e repassar todo o conhecimento técnico utilizado na implementação dos serviços.
    2. Tudo que for produzido: software, sistemas, código fonte, bibliotecas, scripts de banco de dados, imagens, manuais para atualização do portal na Internet, etc, pertencerá ao CRN-2, e deverá ser entregue cópias atualizadas durante a vigência do Contrato.
    3. Elaborar, manter atualizada e fornecer ao Contratante, em meio eletrônico e impresso, a documentação técnica completa de cada etapa desenvolvida referente a aspectos técnicos:

a) manual do usuário e administrador, que permita adequado uso do portal e gerenciador, pelos usuários e administradores.

b) documentação técnica, contemplando a tecnologia aplicada, arquitetura básica, recursos computacionais necessários etc.

c) documentação de operação de rotinas de produção.

* 1. Fornecer manuais de utilização do sistema de gerenciamento de conteúdo com versões diferenciadas para cada tipo de usuário do sistema.
  2. Senhas e e-mails guardados em banco de dados deverão estar criptografados e disponíveis apenas para o CRN-2.
  3. Todos os locais no portal que solicitarem senhas e que sejam de acesso restrito deverão estar num ambiente seguro.
  4. Garantir, por si e por seus prepostos, o absoluto sigilo de todas as informações obtidas em decorrência da execução do Contrato.
  5. Entregar os serviços nos prazos e condições especificadas.
  6. Oferecer garantia de qualidade dos serviços, objeto do Contrato, de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da sua aceitação definitiva pelo CRN-2.
  7. Dar treinamento aos funcionários do CRN-2 que serão responsáveis pela manutenção do conteúdo do portal (webmasters) no sistema utilizado na Internet.
  8. A prestação dos serviços referente à garantia de funcionamento deverá ser iniciada no prazo máximo de 1 (uma) hora, contado a partir da solicitação, sendo que o reestabelecimento dos serviços não poderá se estender além de 03 (três) horas, exceto em casos de impossibilidade de cumprimento de prazo, justificada pela Contratada e acatada pelo Contratante.
  9. Responsabilizar-se, pelo refazimento dos serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus adicional para o CRN-2 e enquanto não houver sido definitivamente aceito, caso não se encontrem dentro das especificações técnicas estabelecidas no Contrato, divirjam do que foi solicitado ou apresentem defeitos, incorreções e/ou vícios redibitórios.
  10. Os erros de implementação deverão ser corrigidos pela Contratada, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de comunicação realizada pelo Técnico designado pela Contratante. O esforço para esta correção não será remunerado pela Contratante à Contratada.
  11. A Contratada não poderá alegar prejuízo nos prazos dados para os demais serviços que estiverem sendo executados em virtude do esforço necessário para a correção dos erros de implementação.
  12. O prazo de garantia para a comunicação de erro de implementação, descrito no item acima, para cada serviço implementado através desta contratação, será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da homologação do serviço pelo técnico da Contratante responsável pelo mesmo.
  13. Dar ciência imediata ao(s) responsável(s), indicados pelo CRN-2, das anormalidades ocorridas durante a execução dos serviços.
  14. Obedecer rigorosamente a todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TI do CRN-2.
  15. A Contratada fica proibida de fazer publicidade de qualquer tipo sobre os serviços contratados.
  16. Todo e qualquer material gerado, independentemente da forma empregada, deverá ser identificado pela insígnia da Contratante, não devendo conter qualquer identificação da Contratada exceto para identificação e demonstração de sua responsabilidade técnica pelo conteúdo do material.
  17. A empresa Contratada responsabilizar-se-á por reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do Contrato naquilo que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, mesmo depois de expirado o prazo de vigência do Contrato, desde que informados pelo Contratante dentro do prazo de garantia para a comunicação.
  18. O posterior Contrato de manutenção e suporte terá a duração de 12 meses, sem limite de horas técnicas mensais.

**6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Compete à Contratada:

1. Indicar representante para relacionar-se com o CRN-2 como responsável pela execução do projeto.
2. Realizar reuniões periódicas, na sede do CRN-2, visando ao aprimoramento e à eficiência dos serviços prestados, formalizando em ata o conteúdo das reuniões.
3. Fornecer melhorias nas funcionalidades previstas ou para a criação de novas funcionalidades.
4. Atender com presteza às solicitações do CRN-2, que se relacionarem com o objeto do Contrato.
5. Prover todos os recursos tecnológicos complementares necessários à prestação dos serviços.
6. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório da licitação.
7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais estabelecidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
8. Preservar o nome da Instituição, para a qual foi Contratada, sendo proibido qualquer publicidade sobre os serviços contratados, salvo prévia autorização escrita do CRN-2.
9. Não se valer do Contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito dele decorrentes em quaisquer operações de desconto bancário.
10. Responder por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do CRN-2, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
11. Ressarcir ao CRN-2, ou a terceiros, por qualquer dano ou prejuízo causado, por seus empregados ou prepostos, no desempenho de suas tarefas, ou em conexão com elas.
12. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, sociais e trabalhistas decorrentes da execução do Contrato.
13. Manter endereço atualizado e cadastrado junto ao CRN-2 para comunicações, informando imediatamente eventual alteração.
14. Não substabelecer ou subcontratar as obrigações assumidas no Contrato.
15. Garantir que todas as despesas de locomoção, incluindo diárias, passagens, estada e alimentação, para a reunião na sede do Contratante, sempre que solicitado, serão custeadas pela Contratada.
16. Não se utilizar de mão de obra de menores de 18 anos para a realização dos serviços objeto do Contrato.
17. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme exigência do inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescentado pela Lei nº 9.854, de 27.10.1999.
18. Responsabilizar-se pela segurança dos dados em relação a:
    * 1. Zelar para que todos os privilégios de acesso ao sistema, informação dos profissionais cadastrados e qualquer outro recurso do CRN-2, sejam utilizados exclusivamente na execução dos serviços e pelo tempo estritamente essencial à realização dos mesmos.
      2. Todos os documentos e informações (dados, códigos fonte, manuais de operação de sistemas, etc) a que a Contratada tenha acesso e que durante a vigência do Contrato venha a produzir, serão de propriedade do CRN-2 não podendo ser utilizados, repassados, copiados ou alterados sem sua expressa autorização.
      3. Os empregados da Contratada, no uso de suas atribuições, terão acesso privativo e individualizado a informações privilegiadas para desenvolvimento do aplicativo, não podendo repassá-las a terceiros, sob pena de responder criminal e civilmente pelos atos e fatos que venham a ocorrer em decorrência desse ilícito.

**7. DAS OBRIGAÇÕES DO CRN-2:**

Compete ao CRN-2:

1. Conceder as informações necessárias para a construção do portal e seus respectivos objetos.
2. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto do Contrato, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não estejam de acordo com as condições e exigências específicas, indicando as razões da recusa.
3. Conferir e atestar as Notas Fiscais/ Faturas.
4. Efetuar os pagamentos correspondentes ao objeto executado, dentro do prazo previstos no Edital e Contrato.
5. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços, podendo interromper a execução do Contrato.
6. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, através de empregado designado para este fim, na forma prevista no artigo 67 da Lei nº 8.666/93.
7. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e seus anexos.
8. Notificar por escrito à Contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas medidas corretivas necessárias.
9. Aplicar as penalidades previstas no Edital, Contrato de Prestação de Serviços e Lei nº 8.666/93, sempre que a conduta da Contratada licitante recomendar essas sansões.
10. Providenciar as publicações oficiais pertinentes no DOU.

**8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO:**

**8.1.** O prazo final para a execução dos serviços de planejamento, criação, desenvolvimento, testes, adaptações, melhoramentos, aprovação e implementação final do portal, hotsite e sistema de gerenciamento será em **31/12/2015**.

**8.2.** A Contratada deverá garantir que o portal e o sistema de gerenciamento estejam em pleno funcionamento no dia **01/01/2016**.

**8.2.1.** A Contratada deverá apresentar o novo portal em ambiente simulado (ambiente de homologação) por, pelo menos, 20 (vinte) dias antes do prazo final para a execução dos serviços e validação ao CRN-2. Durante este período, o deve-se verificar o novo portal neste ambiente para constatar a realização das funcionalidades conforme solicitadas.

**8.2.1.1.** A hospedagem e disponibilização deste ambiente simulado (domínio ou subdomínio, servidores de teste, ou outra forma) será de responsabilidade da Contratada, não podendo gerar qualquer custo para o CRN-2.

**8.3.** O Contrato de suporte e manutenção do portal, hotsite e sistema de gerenciamento, com disponibilização ilimitada de horas técnicas mensais, terá sua vigência inicial a partir do dia **01/01/2016**, tendo duração e vigência de 12 (doze) meses.

**8.4.** O Contrato poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período, até o limite de 60 (sessenta) meses.

**8.5.** O processo de substituição do portal atual pelo novo deverá ser de responsabilidade da Contratada e deverá ser feito até **31/12/2015**.

**9. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:**

**9.1.** A proposta de preços deverá indicar:

a) valor para os serviços de criação, desenvolvimento e implantação do novo portal;

b) valores mensal e anual para hospedagem e para o suporte técnico de manutenção do portal, hotsite e sistema de gerenciamento;

c) valores da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), com 02 (duas) casas decimais após a vírgula e, de acordo com a estimativa de preços constante no Edital;

d) declaração expressa de que no preço cotado estão incluídos todos os custos necessários e despesas inerentes à prestação dos serviços licitados, tais como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, fretes e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos necessários ao fornecimento do objeto e a manutenção destas condições durante a vigência do Contrato.

e) indicação do prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado de 60 (sessenta) dias correntes.

**10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

Será considerada como mais vantajosa para o CRN-2, a proposta da licitante que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, somando-se o valor proposto no item 8.3, letra “a” do Edital e, valor anual do item 8.3, letra “b” do Edital, após encerrada a etapa de lances.

**11. DOS PAGAMENTOS:**

**11.1.** O pagamento dos serviços de criação, desenvolvimento e implantação do novo portal, hotsite e sistema de gerenciamento, no valor total de R$ xx,00 (xxx),será pago em 3 (três) parcelas iguais, sendo a primeira na assinatura do Contrato, a segunda 60 (sessenta) dias após e, a terceira na implantação e entrega final do portal e demais serviços.

**11.2.** O pagamento da hospedagem e manutenção do novo portal, hotsite e sistema de gerenciamento será pago mensalmente a partir do 1º mês subsequente após a implantação e entrega final do portal e demais serviços, conforme prazos previstos no item 8, no valor de R$ xx,00 (xxxx) mensais.

**12. DO CUSTOS ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:**

**12.1.** Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação que se seguir à licitação de que trata este Edital correrão à conta da dotação orçamentária do CRN-2, à conta do Elemento de Despesa n° 62211010404005 – Serviços de Informática no exercício de 2015 e nas respectivas dotações correspondentes nos demais exercícios.

**12.2.** O custo estimado para criação, desenvolvimento e implantação de novo portal, objeto desta licitação é de **R$ 15.795,00** (quinze mil, setecentos e noventa e cinco reais).

**12.3.** O custo estimado para a hospedagem e para o suporte técnico de manutenção do portal e de sua área restrita, objeto desta licitação é de **R$ 1.350,00** (hum mil, trezentos e cinquenta reais) mensais e **R$ 16.200,00** (dezesseis mil e duzentos reais) anual.

**13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**13.1.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**13.2.** A apresentação de proposta implicará na plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

**14. NOME E FUNÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERENCIA:**

Nome: Janice Mayer Benck de Oliveira

Função: Assessora de Comunicação

**15. LOCAL E DATA:**

Porto Alegre (RS), 21 de julho de 2015.

**PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 Nº 01/2015**

**ANEXO II – MAPA DO PORTAL**

**Inicial**

﻿**Institucional**

* História
* Missão
* Gestão 2013/2016
* Plenário
* Diretoria
* Comissões
* Sede CRN-2 (localização)
* Delegacia Santa Maria (localização)
* Departamentos/Equipe
* Explicação de cada setor
* Equipe
* Assessorias
* Organograma
* Sistema CFN/CRN

**Legislação**

* Código de Ética
* [Leis](http://www.crn2.org.br/index.php?pagina=leis)e Decretos
* Resoluções CFN
* Pareceres
* Atos Normativos e Portarias

**Profissionais**

* Nutricionista
* Definição (informações gerais)
* Juramento
* Áreas de atuação

*(links abaixo: definição, como fazer e link para documento)*

* Relação de documentos de Registro Definitivo
* Relação de documentos de registro provisório
* Relação de documentos de registro provisório para definitivo
* Relação de Documentos de Registro Secundário
* Relação de documentos de transferência
* Formulário de solicitações diversas
* Formulário de baixa temporária sem débito
* Formulário de baixa temporária com débito
* Formulário para cancelamento sem débito
* Formulário para cancelamento com débito
* Técnicos em Nutrição e Dietética
* Definição (informações gerais)
* Juramento
* Áreas de Atuação
* Relação de documentos para Inscrição de TND
* Formulário para baixa TND com débito
* Formulário para baixa TND sem débito
* Formulário para cancelamento sem débito
* Formulário para cancelamento com débito

**Pessoa Jurídica**

*Obs.: Os documentos mencionados neste link podem ser enviados pelos Correios, entregues pessoalmente na sede do CRN-2 ou para o e-mail fiscalizacao@crn2.org.br (desde que escaneados, em formato pdf ou jpg e que estejam legíveis).*

* Glossário
* Responsabilidade técnica
* Cancelamento de afastamento e desligamento de

Responsabilidade Técnica e Quadro Técnico

* Registro de pessoa jurídica
* Cadastro consultório de nutrição (profissional autônomo)
* Solicitação e renovação de Certidão de Cadastro (CC)
* Solicitação e renovação de Certidão de Registro e Quitação (CRQ)
* Baixa ou cancelamento de registro da pessoa jurídica
* Registro de atestado/averbação

**Fiscalização**

* Papel da Fiscalização
* Política Nacional de Fiscalização
* Equipe de Fiscalização
* Responsabilidade Técnica
* Demonstrativo de Visitas Fiscais
* Roteiro de Visitas Técnicas

**CRN-2 On line** (banner – incluir chamada: ***Segunda via do boleto***)

**Denúncia**

**Instituições de Ensino**

* Ensino Superior
* Escolas Técnicas

**Comunicação**

* Eventos – *informações, inscrição online e certificados (banner)*
* Galeria de Fotos
* Notícias (*banner)*
* Publicações
* Revista do CRN-2 (*banner)*
* Material divulgação CRN-2 e Sistema CFN/CRN
* Outros
* Enquete *(banner)*
* Chat
* Consulta pública *(ativos e inativos)*

**Serviços**

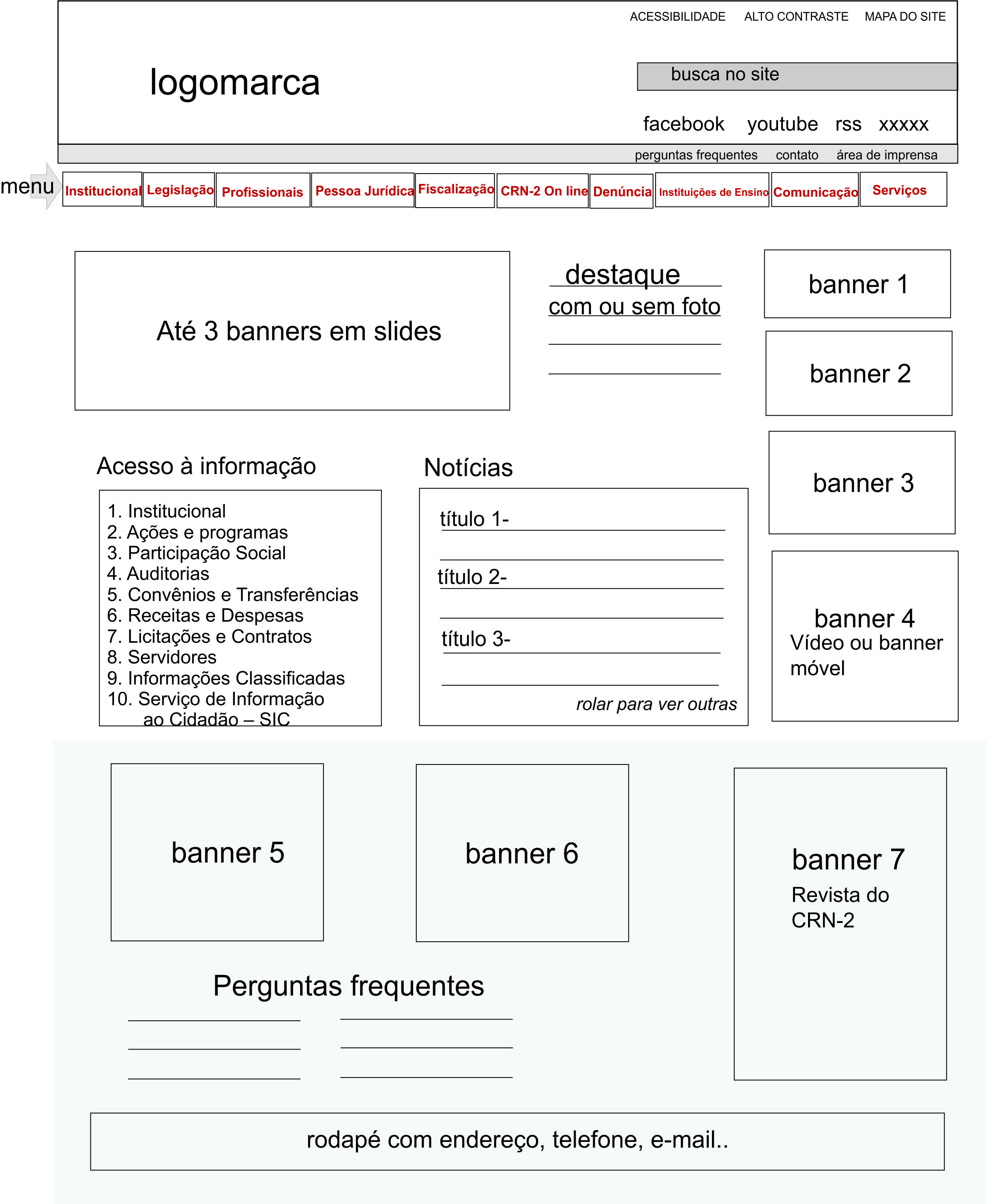
* Cadastro de profissionais *(banner)*
* Fale conosco
* Dúvidas frequentes
* Links
* Mapa do site
* Webmail

**Acesso à informação**

* Institucional
* Ações e programas
* Participação Social
* Auditorias
* Convênios e Transferências
* Receitas e Despesas
* Licitações e Contratos
* Servidores
* Informações Classificadas
* Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

**PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 Nº 01/2015**

**ANEXO III – ESTRUTURA DO NOVO PORTAL (LAYOUT)**



**PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 Nº 01/2015**

**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DECONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO;**

**E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES**

**CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS – 2ª REGIÃO**, Entidade de fiscalização profissional nos termos da Lei nº 6.853, de 20.10.1978, com sede na Avenida Taquara nº 586, sala 503, Bairro Petrópolis, Porto Alegre, RS, CEP 90460-210, CNPJ nº 87.070.843/0001-42, neste ato representado pela Presidente **xxxxxxx**, brasileira, nutricionista, portadora da Carteira de Identidade nº , expedida pela XXX, CPF nº XXXX, residente e domiciliada em Porto Alegre, RS, e pela Tesoureira, **xxxxxxx**, brasileira, nutricionista, portadora da Carteira de Identidade nº XXXX, expedida pela XXX, CPF nº XXXX, residente e domiciliada em Porto Alegre, RS, doravante designado Contratante ou CRN-2,

e

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, com sede .............................................................................................., CNPJ nº 00.000.000/0000-00, inscrição municipal nº........., neste ato representada pelo seu proprietário ................................, brasileiro, comerciante, inscrito no CPF nº 000.000.000-00, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxx, expedida pela xxxx/xx, residente e domiciliado na Rua ............................................, doravante designada Contratada,

resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços para **CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**, fazendo-o na forma das cláusulas e condições seguintes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

O presente Contrato é fruto do procedimento licitatório instaurado pelo CRN-2, Pregão Presencial CRN-2 nº 01/2015, onde o objeto desta licitação foi adjudicado à Contratada, regendo-se pelo disposto no respectivo Edital, pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decretos nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, nº 3.784 de 06 de abril de 2001, nº 6.204 de 05 de setembro de 2007 e nº 7.174 de 12 de maio de 2010, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações e, pelas cláusulas que seguem.

**CLAUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa para **CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, anexo I.

CLAUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Constituem parte integrante deste Contrato os seguintes documentos, cujo teor e as partes declaram ter pleno conhecimento:

1. Edital do Pregão CRN-2 nº 01/2015;
2. Termo de Referência;
3. Proposta de Preços apresentada pela Contratada no Pregão CRN-2 nº 01/2015.

CLAUSULA QUINTA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

* 1. A Contratada fica obrigada, conforme orientação e interesse da Contratante, a detalhar e repassar todo o conhecimento técnico utilizado na implementação dos serviços.
  2. Tudo que for produzido: software, sistemas, código fonte, bibliotecas, scripts de banco de dados, imagens, manuais para atualização do portal na Internet, etc, pertencerá ao CRN-2, e deverá ser entregue cópias atualizadas durante a vigência do Contrato.
  3. Elaborar, manter atualizada e fornecer ao Contratante, em meio eletrônico e impresso, a documentação técnica completa de cada etapa desenvolvida referente a aspectos técnicos:

a) manual do usuário e administrador, que permita adequado uso do portal e gerenciador, pelos usuários e administradores.

b) documentação técnica, contemplando a tecnologia aplicada, arquitetura básica, recursos computacionais necessários etc.

c) documentação de operação de rotinas de produção.

* 1. Fornecer manuais de utilização do Sistema de Gerenciamento de Conteúdo com versões diferenciadas para cada tipo de usuário do sistema.
  2. Senhas e e-mails guardados em banco de dados deverão estar criptografados e disponíveis apenas para o CRN-2.
  3. Todos os locais no portal que solicitarem senhas e que sejam de acesso restrito deverão estar num ambiente seguro.
  4. Garantir, por si e por seus prepostos, o absoluto sigilo de todas as informações obtidas em decorrência da execução do Contrato.
  5. Entregar os serviços nos prazos e condições especificadas.
  6. Oferecer garantia de qualidade dos serviços, objeto do Contrato, de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da sua aceitação definitiva pelo CRN-2.
  7. Dar treinamento aos funcionários do CRN-2 que serão responsáveis pela manutenção do conteúdo do portal (webmasters) no sistema utilizado na Internet.
  8. A prestação dos serviços referente à garantia de funcionamento deverá ser iniciada no prazo máximo de 1 (uma) hora, contado a partir da solicitação, sendo que o reestabelecimento dos serviços não poderá se estender além de 03 (três) horas, exceto em casos de impossibilidade de cumprimento de prazo, justificada pela Contratada e acatada pelo Contratante.
  9. Responsabilizar-se, pelo refazimento dos serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus adicional para o CRN-2 e enquanto não houver sido definitivamente aceito, caso não se encontrem dentro das especificações técnicas estabelecidas no Contrato, divirjam do que foi solicitado ou apresentem defeitos, incorreções e/ou vícios redibitórios.
  10. Os erros de implementação deverão ser corrigidos pela Contratada, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de comunicação realizada pelo Técnico designado pela Contratante. O esforço para esta correção não será remunerado pela Contratante à Contratada.
  11. A Contratada não poderá alegar prejuízo nos prazos dados para os demais serviços que estiverem sendo executados em virtude do esforço necessário para a correção dos erros de implementação.
  12. O prazo de garantia para a comunicação de erro de implementação, descrito no item acima, para cada serviço implementado através desta contratação, será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da homologação do serviço pelo técnico da Contratante responsável pelo mesmo.
  13. Dar ciência imediata ao(s) responsável(s), indicados pelo CRN-2, das anormalidades ocorridas durante a execução dos serviços.
  14. Obedecer rigorosamente a todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TI do CRN-2.
  15. A Contratada fica proibida de fazer publicidade de qualquer tipo sobre os serviços contratados.
  16. Todo e qualquer material gerado, independentemente da forma empregada, deverá ser identificado pela insígnia da Contratante, não devendo conter qualquer identificação da Contratada exceto para identificação e demonstração de sua responsabilidade técnica pelo conteúdo do material.
  17. A empresa Contratada responsabilizar-se-á por reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do Contrato naquilo que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, mesmo depois de expirado o prazo de vigência do Contrato, desde que informados pelo Contratante dentro do prazo de garantia para a comunicação.
  18. O posterior Contrato de manutenção e suporte terá a duração de 12 meses, sem limite de horas técnicas mensais

CLAUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à Contratada:

1. Indicar representante para relacionar-se com o CRN-2 como responsável pela execução do projeto.
2. Realizar reuniões periódicas, na sede do CRN-2, visando ao aprimoramento e à eficiência dos serviços prestados, formalizando em ata o conteúdo das reuniões.
3. Fornecer melhorias nas funcionalidades previstas ou para a criação de novas funcionalidades.
4. Atender com presteza às solicitações do CRN-2, que se relacionarem com o objeto do Contrato.
5. Prover todos os recursos tecnológicos complementares necessários à prestação dos serviços.
6. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório da licitação.
7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais estabelecidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
8. Preservar o nome da Instituição, para a qual foi Contratada, sendo proibido qualquer publicidade sobre os serviços contratados, salvo prévia autorização escrita do CRN-2.
9. Não se valer do Contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito dele decorrentes em quaisquer operações de desconto bancário.
10. Responder por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do CRN-2, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
11. Ressarcir ao CRN-2, ou a terceiros, por qualquer dano ou prejuízo causado, por seus empregados ou prepostos, no desempenho de suas tarefas, ou em conexão com elas.
12. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, sociais e trabalhistas decorrentes da execução do Contrato.
13. Manter endereço atualizado e cadastrado junto ao CRN-2 para comunicações, informando imediatamente eventual alteração.
14. Não substabelecer ou subcontratar as obrigações assumidas no Contrato.
15. Garantir que todas as despesas de locomoção, incluindo diárias, passagens, estada e alimentação, para a reunião na sede do Contratante, sempre que solicitado, serão custeadas pela Contratada.
16. Não se utilizar de mão de obra de menores de 18 anos para a realização dos serviços objeto do Contrato.
17. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme exigência do inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescentado pela Lei nº 9.854, de 27.10.1999.
18. Responsabilizar-se pela segurança dos dados em relação a:
    * 1. Zelar para que todos os privilégios de acesso ao sistema, informação dos profissionais cadastrados e qualquer outro recurso do CRN-2, sejam utilizados exclusivamente na execução dos serviços e pelo tempo estritamente essencial à realização dos mesmos.
      2. Todos os documentos e informações (dados, códigos fonte, manuais de operação de sistemas, etc) a que a Contratada tenha acesso e que durante a vigência do Contrato venha a produzir, serão de propriedade do CRN-2 não podendo ser utilizados, repassados, copiados ou alterados sem sua expressa autorização.
      3. Os empregados da Contratada no uso de suas atribuições, terão acesso privativo e individualizado a informações privilegiadas para desenvolvimento do aplicativo, não podendo repassá-las a terceiros, sob pena de responder criminal e civilmente pelos atos e fatos que venham a ocorrer em decorrência desse ilícito.

CLAUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete ao CRN-2:

1. Conceder as informações necessárias para a construção do portal e seus respectivos objetos.
2. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto do Contrato, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não estejam de acordo com as condições e exigências específicas, indicando as razões da recusa.
3. Conferir e atestar as Notas Fiscais/ Faturas.
4. Efetuar os pagamentos correspondentes ao objeto executado, dentro do prazo previstos no Edital e Contrato.
5. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços, podendo interromper a execução do Contrato.
6. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, através de empregado designado para este fim, na forma prevista no artigo 67 da Lei nº 8.666/93.
7. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e seus anexos.
8. Notificar por escrito à Contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas medidas corretivas necessárias.
9. Aplicar as penalidades previstas no Edital, Contrato de Prestação de Serviços e Lei nº 8.666/93, sempre que a conduta da Contratada licitante recomendar essas sansões.
10. Providenciar as publicações oficiais pertinentes no DOU.

**CLAUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. O pagamento dos serviços de criação, desenvolvimento e implantação do novo portal, hotsite e sistema de gerenciamento, no valor total de R$ xx,00 (xxxx)**,** será pago em 3 (três) parcelas iguais, sendo a primeira na assinatura do Contrato, a segunda 60 (sessenta) dias após e, a terceira na implantação e entrega final do portal e demais serviços.

8.2.O pagamento da hospedagem e manutenção do novo portal, hotsite e sistema de gerenciamento será pago mensalmente a partir do 1º mês subsequente após a implantação e entrega final do portal e demais serviços, conforme prazos previstos na cláusula décima primeira, no valor de R$ xx,00 (xxxx) mensais.

8.3.Os pagamentos serão feitos através de cheque nominal, quando da entrega da nota fiscal na sede do CRN-2, sujeitando-se às seguintes regras:

a) A NF/Fatura de prestação dos serviços deverá ser entregue com as devidas retenções de impostos e tributos federais, de acordo com o art. 64 da lei nº 9.340/96;

b) Os valores são fixos e irreajustáveis durante o período do Contrato, somente podendo sofrer reajuste, pelo INPC, nas prorrogações anuais de Contrato, observado o interregno mínimo de 1 (hum) ano;

c) Os valores ficam condicionados à prévia certificação quanto à execução a contento dos serviços;

d) O pagamento será feito em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega da NF/Fatura ao CRN-2, devendo a NF de hospedagem e manutenção ser entregue sempre até o dia 25 de cada mês, a partir do início desta manutenção;

e) Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à Contratada, ou inadimplência contratual;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O atraso no pagamento das Notas Fiscais/Faturas emitidas, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, sujeitará o Contratante ao pagamento de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso e juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O pagamento da multa será por intermédio de Nota Fiscal/Fatura específica a ser emitida após a ocorrência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária do CRN-2, à conta do Elemento de Despesa n° 62211010404005 – Serviços de Informática no exercício de 2015 e nas respectivas dotações correspondentes nos demais exercícios.

CLAUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

A execução do objeto do Contrato será coordenada, orientada e fiscalizada por um funcionário designado pelo CRN-2 para este fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, conforme previsto no artigo 67 da Lei n° 8.666/93, devendo a Contratada fornecer relatórios, informações e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, no prazo que para tanto lhe for assinado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Caberá ao fiscal do Contrato proceder à avaliação da Contratada para fins de subsidiar a Diretoria e/ou Plenário nas decisões que se fizerem necessárias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A Contratante poderá a qualquer tempo recusar os serviços prestados, no todo ou em parte, sempre que os mesmos não atenderem ao estipulado no Edital, Contrato e seus anexos ou aos padrões técnicos de qualidade exigíveis, registrando em relatório as deficiências verificadas na execução do objeto, encaminhando à Contratada cópia para imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

A Contratada ficará obrigada a reparar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da comunicação do Contratante.

**PARÁGRAFO QUARTO**

O Contratante reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se a Contratada à cominações legais.

**PARÁGRAFO QUINTO**

O acompanhamento e a fiscalização acima não excluirão a responsabilidade da Contratada e nem conferirão ao Contratante, responsabilidade solidária, inclusive perante a terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução do serviço contratado.

CLAUSULA DÉCIMA – DO REGIME JURÍDICO DA CONTRATAÇÃO

O presente Contrato é fruto do procedimento licitatório instaurado pelo CRN-2, Pregão Presencial CRN-2 nº 01/2015, rege-se pelo disposto no respectivo Edital, pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decretos nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, nº 3.784 de 06 de abril de 2001, nº 6.204 de 05 de setembro de 2007 e nº 7.174 de 12 de maio de 2010, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações e pelas cláusulas deste Contrato, sendo que a prestação de serviços não gerará vínculo empregatício de qualquer preposto da Contratada em relação ao Contratante.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. O prazo de execução dos serviços de planejamento, criação, desenvolvimento, testes, adaptações, melhoramentos, aprovação e implementação final do portal, hotsite e sistema de gerenciamento será em 31/12/2015.

11.2. A Contratada deverá garantir que o portal e o sistema de gerenciamento estejam em pleno funcionamento no dia 01/01/2016.

11.2.1. A Contratada deverá apresentar o novo portal em ambiente simulado (ambiente de homologação) por, pelo menos, 20 (vinte) dias antes do prazo final para a execução dos serviços e validação ao CRN-2. Durante este período, o deve-se verificar o novo portal neste ambiente para constatar a realização das funcionalidades conforme solicitadas.

11.2.1.1. A hospedagem e disponibilização deste ambiente simulado (domínio ou subdomínio, servidores de teste, ou outra forma) será de responsabilidade da Contratada, não podendo gerar qualquer custo para o CRN-2.

11.3. O Contrato de suporte e manutenção do portal, hotsite e sistema de gerenciamento, com disponibilização ilimitada de horas técnicas mensais, terá sua vigência inicial a partir do dia 01/01/2016, tendo duração e vigência de 12 (doze) meses.

11.4. O processo de substituição do portal atual pelo novo deverá ser de responsabilidade da Contratada e deverá ser feito até 31/12/2015.

PARÁGRAFO ÚNICO

Findo o prazo acima estabelecido no item 11.3, o referido Contrato poderá ser prorrogado por novos e sucessivos períodos de 12 (meses), até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, sujeitos à interesse e conveniência do CRN-2 que poderá optar por nova licitação.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**12.1. DO REAJUSTE**

Os valores somente sofrerão reajuste, pelo INPC, nas prorrogações anuais de Contrato, observado o interregno mínimo de 1 (hum) ano.

**12.2. DA REPACTUAÇÃO DE VALORES**

12.2.1.Será permitida a repactuação do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da data de vigência do Contrato, devendo ser apresentada a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, devidamente justificada e comprovada, para análise e manifestação da Contratante.

12.2.2.Nas repactuações subsequentes à primeira, a anulidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

12.2.3.Nas repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for à variação de custos, objeto da repactuação.

12.2.4.É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

12.2.5.A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação de custos.

12.2.6.O prazo referido no parágrafo 5º ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CRN-2 para comprovação da variação de custos.

12.2.7.As repactuações a que a Contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

12.2.8.As repactuações não interferem no direito de as partes solicitarem, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos Contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de também demonstrar analiticamente a variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada, onde tal demonstração será analisada pelo CRN-2 para verificação de sua viabilidade e/ou necessidade.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUPRESSÃO OU ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por centro) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme preceitua o parágrafo 1º art. 65 da lei 8.666/93, sempre mediante a lavratura de Termo Aditivo.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

A Contratante poderá requisitar serviços extraordinários aos serviços contratados, devendo, para tal, solicitar proposta específica e aprova-la previamente, por escrito, para que a Contratada inicie a prestação do serviço.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1.Pela inexecução total ou parcial dos serviços previstos no Contrato, pela execução desses serviços em desacordo com o estabelecido no Contrato, ou pelo descumprimento das obrigações contratuais, o Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região poderá, garantida a prévia defesa, e observada a gravidade da ocorrência, aplicar à Contratada as seguintes sanções, fundamentado nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93:

a) advertência formal em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas do Contrato e/ou Edital;

b) multa de 10% (dez por cento) do valor do item contratado, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o 15º dia, e a critério do CRN-2, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

c) multa de 20% (vinte por cento) do valor do item contratado, em caso de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

d) rescisão unilateral do Contrato;

e) suspensão do direito de licitar e de contratar com o Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, pelo prazo de até 02 (dois) anos, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, sem prejuízo das eventuais multas aplicadas;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.2.Com fundamento no artigo 7º da lei nº 10.520/2002 ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Edital, Contrato e demais cominações legais a Contratada que:

a) apresentar documentação falsa;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) fizer declaração falsa;

f) cometer fraude fiscal;

g) se recusar a assinar o Contrato;

h) não mantiver a proposta, injustificadamente.

14.3. As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados, ou ainda, quando for o caso, cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

14.4. As multas serão calculadas sobre o valor global do Contrato e são independentes, isto é, a aplicação de uma não exclui a outra.

14.5. As penalidades de advertência, de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CRN-2 e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas pelo(a) Presidente deste, podendo ser cumulativamente com a aplicação de multa, sempre que a conduta da pessoa jurídica licitante ou da pessoa jurídica Contratada recomende essas sanções.

14.6. A adjudicatária não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pelo Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela própria Contratante.

14.7. Será facultado à Contratada o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer dos casos previstos nas sanções administrativas.

14.8. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

14.9. A aplicação de penalidades não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO**

Salvo motivo de força maior plenamente justificado a critério da Contratante, o Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por ato administrativo unilateral, nas formas e hipóteses previstas nos artigos 78 e 79, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, sem embargo da imposição das penalidades dos artigos 80 e 87 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, e das penalidades previstas no Contrato, que se mostrarem cabíveis em processo administrativo regular.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Pela rescisão do Contrato caberá indenização à Contratada somente na hipótese e forma prevista no parágrafo 2.º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As partes reconhecem os direitos da Administração, em casos de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O presente Contrato poderá também ser rescindido nos seguintes casos:

I – Inobservância das especificações acordadas no Contrato, no Edital e seus anexos do Pregão Presencial CRN-2 nº 01/2015;

II – Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

III – Falência ou recuperação judicial.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES RESIDUAIS

A responsabilidade técnica pelos serviços realizados pela Contratada não se extinguirá com a rescisão amigável ou contenciosa do Contrato, incumbindo-lhe, ainda, nessa hipótese, transferir ao Contratante ou a quem este indicar, todos os documentos e informações relacionadas aos serviços objeto do instrumento.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

O não exercício pelo Contratante, no todo ou em parte, de qualquer dos direitos e faculdades que lhe são assegurados no presente instrumento deverá, sempre, em qualquer hipótese, ser considerado mera liberalidade da parte, não constituindo, de forma alguma, novação ou alteração das condições ora pactuadas, nem tampouco renúncia a qualquer direito ou faculdade.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A Contratada responsabiliza-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do presente Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA

A Contratada se responsabiliza ainda, pela reparação, correção, substituição às suas expensas no todo ou em parte do objeto do presente Contrato, desde que verificados erros, defeitos ou incorreções resultantes da execução do trabalho realizado.

CLAUSULA DÉCIMA NONA

A Contratada é responsável, ainda, por quaisquer danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo pelo não cumprimento às cláusulas e condições do presente Contrato.

CLAUSULA VIGÉSIMA

A Contratada se compromete a assumir o pagamento de quaisquer emolumentos e tributos federais, estaduais e municipais que venham a incidir sobre o objeto fornecido, bem como, o pagamento de qualquer multa aplicada pelas autoridades constituídas, por falta de observância ou violação por parte da Contratada dos dispositivos legais vigentes à prestação de serviços.

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

A Contratada declara estar em dia com todas as obrigações fiscais e legais para o desempenho de sua função.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

O Contratante não poderá ser responsabilizado por prejuízos resultantes do caso fortuito ou força maior no decorrer da prestação de serviços ora Contratada.

CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Os tributos, impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, devidos direta ou indiretamente em função do presente Contrato ou sua execução constituem ônus e responsabilidade do contribuinte, conforme definido na legislação tributária pertinente.

CLAUSULA VIGÈSIMA QUARTA – DO SIGILO

Todas as informações e dados técnicos exclusivos, os quais são considerados confidenciais pela Contratante, fornecidos em função do presente Contrato serão recebidos e mantidos pela Contratada em sigilo, obrigando-se a preservar sua confidencialidade e a não os divulgar a terceiros.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA**

Na execução do Contrato, em especial nos casos omissos, será aplicada a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como os preceitos do direito público, aplicando-se, supletivamente os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado, conforme o caput do artigo 54 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA**

O presente Contrato constitui ato jurídico perfeito, que espelha a livre manifestação dos Contratantes e é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes Contratantes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA**

As partes declaram, guardando os princípios de probidade e boa-fé, que não conhecem qualquer fato ou qualidade que a outra parte não tenha conhecimento, e que, se conhecido o negócio não se teria realizado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, o presente instrumento contratual será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.

CLAUSULA VIGÉSIMA NONA - FORO

O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir em decorrência deste Contrato é o da Circunscrição Judiciária Federal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

E, por estarem justas e acordadas, as partes Contratantes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas identificadas, que também o assinam.

Porto Alegre, xx de xxxxx de 201x.

**CONTRATANTE:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**xxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

**Presidente Tesoureira**

**CONTRATADA:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

CPF.:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

CPF.:

**PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 Nº 01/2015**

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE QUE O(S) OBJETO(S) OFERTADOS ATENDEM AS ESPECIFICAÇÕES E A LICITANTE ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**RAZÃO SOCIAL:**

CNPJ DA LICITANTE:

**OBJETO: CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO CRN-2 Nº 01/2015 do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região – CRN-2, que o(s) objeto(s) ofertado(s) por esta Empresa (que subscreve abaixo) atende todas as especificações descritas neste Edital; que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou-se conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para a prestação dos serviços, dando-se concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, se vencedor desta Licitação, executará o objeto, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste Certame Licitatório e; que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 10 do Edital convocatório.

Local e data:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, assinatura e identificação do responsável

(sócio, dirigente, proprietário, procurador ou representante legal da licitante, com o nº da identidade e CPF do declarante)

**PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 Nº 01/2015**

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ DA LICITANTE:

**OBJETO: CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (NOME DA EMPRESA), CNPJ N. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(endereço completo), declara, sob as penas da lei, com base no artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, que está enquadrada na definição de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Microempresa/ Empresa de Pequeno Porte) .

Local e data:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, assinatura e identificação do responsável

(sócio, dirigente, proprietário, procurador ou representante legal da licitante, com o nº da identidade e CPF do declarante)

PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 Nº 01/2015

ANEXO VII – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ DA LICITANTE:

**OBJETO: CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**

PROPOSTA DE PREÇOS

a **empresa** (indicar a razão social da licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento que efetivamente irá prestar os serviços objeto da licitação, endereço completo, telefone e endereço eletrônico para contato) em atendimento às disposições do Edital Pregão Presencial CRN-2 nº 01/2015 citado acima, **DECLARA:**

1. Que aceita todas as condições estabelecidas no Edital Pregão Presencial CRN-2 nº 01/2015 e seus anexos;
2. Que no preço cotado estão incluídos todos os custos necessários e despesas inerentes à prestação dos serviços licitados, tais como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, fretes e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos necessários ao fornecimento do objeto e a manutenção destas condições durante a vigência do Contrato.

Orçar o objeto conforme item 8.3 do Edital.

Indicar o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado de 60 (sessenta) dias correntes.

Local e data:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, assinatura e identificação do responsável

(sócio, dirigente, proprietário, procurador ou representante legal da licitante, com o nº da identidade e CPF do declarante).

PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 Nº 01/2015

**ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ DA LICITANTE:

**OBJETO: CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**

declaração de inexistência de fatos impeditivos de habilitação

A **empresa** (razão social), inscrita no CNPJ n°..................., por intermédio de seu representante legal da licitante, o(a) Sr.(a) ...................................., portador(a) da Carteira de Identidade nº............................- UF e inscrito(a) no CPF nº ........................., **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, assinatura e identificação do responsável

(sócio, dirigente, proprietário, procurador ou representante legal da licitante, com o nº da identidade e CPF do declarante).

PREGÃO PRESENCIAL CRN-2 Nº 01/2015

**ANEXO IX - DECLARAÇÃO RELATIVA AO INCISO XXXIII**

**DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ DA LICITANTE:

**OBJETO: CONSTRUÇÃO DE NOVO PORTAL, HOTSITE E SISTEMA DE GERENCIAMENTO; E IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DOS MESMOS**

declaração - Lei nº 9.854/99 e Decreto nº 4.358/2002

A **empresa** (razão social), inscrita no CNPJ n°..................., por intermédio de seu representante legal da licitante, o(a) Sr.(a) ...................................., portador(a) da Carteira de Identidade nº............................- UF e inscrito(a) no CPF nº ........................., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto 4.358/2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).**

**(Obs: em caso positivo marcar com X)**

Local e data:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, assinatura e identificação do responsável

(sócio, dirigente, proprietário, procurador ou representante legal da licitante, com o nº da identidade e CPF do declarante).